

Reunião do Conselho de Ética será adiada

Juvêncio diz que já há indícios para abrir um processo para investigar o caso

Ilmar Franco e Isabela Abdala

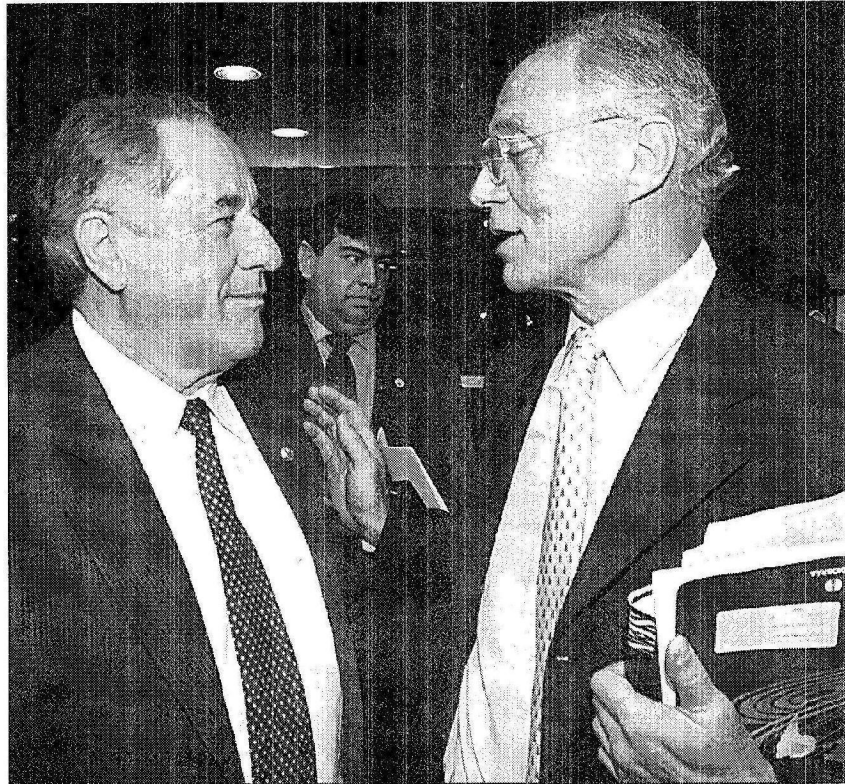
• BRASÍLIA. O Conselho de Ética do Senado pode adiar a reunião marcada para a próxima quarta-feira para analisar o suposto envolvimento do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nas escutas telefônicas ilegais ocorridas na Bahia. O presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), que convocou anteontem a reunião, admitiu dificuldades para sua realização depois de encontro com o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

— Está meio problemático reunir o conselho de imediato — disse Juvêncio.

As dificuldades para reunir o conselho são políticas e burocráticas. Apesar de pedido enviado por Sarney no dia 17 de fevereiro, a maioria dos líderes dos partidos ainda não indicou seus representantes no conselho. Somente fizeram suas indicações os líderes do PFL, José Agripino Maia (RN), e do PDT, Jefferson Péres (AM). Os indicados foram Paulo Otávio (PFL-DF), Demóstenes Torres (PFL-GO), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e o próprio Jefferson Péres.

Representação no conselho será proporcional à bancada

Sarney decidiu que a representação dos partidos no conselho deve ser proporcional ao tamanho das bancadas. Desta forma a correlação de forças deverá ficar ainda mais desfavorável para Antonio Carlos. Pela nova composição, o PFL do senador baiano, que tinha quatro, terá três represen-



JUVÊNCIO E SUPLICY: presidente do conselho e PT divergem sobre caso de grampos

tantes entre os 15 conselheiros. O PMDB também perde uma cadeira, caindo de cinco para quatro, e o PSDB terá dois representantes em vez de três. A presença do PT se amplia de duas para três vagas no conselho. As outras três vagas serão preenchidas pelo PDT, pelo PTB e por um nome que terá de ser negociado entre o PL, o PSB e o PPS. O atual presidente do conselho, Juvêncio da Fonseca, continuará no cargo, graças a um acordo de líderes da Casa. Quando todas as indicações tiverem sido feitas os nomes serão submetidos à votação em plenário, mas isto po-

de não ocorrer até a semana que vem já que a partir da quarta-feira a Medida Provisória 77, que trata dos créditos rurais, pode trancar a pauta de votações da Casa.

Além disso, os conselheiros para assumirem suas funções precisam apresentar um conjunto de documentos como declaração de bens.

Juvêncio pretende esperar mais três semanas para decidir

Mas enquanto o Conselho de Ética não se reúne para avaliar o caso dos grampos na Bahia, Juvêncio e o PT continuam empurrando um para o outro a respon-

sabilidade de iniciar ou não o processo sobre Antonio Carlos Magalhães.

— Já há indícios para abrir um processo, mas para condenar não sei. O PT não entrou com representação pedindo a cassação porque quer fazer jogo de cena. Sendo assim, acho que o melhor é esperar duas ou três semanas pelo relatório da Polícia Federal — disse Juvêncio.

Para o presidente do conselho, o clima de desconfiança e de tensão somente vai acabar quando os senadores se reunirem para tratar do assunto. Ele se queixou das críticas feitas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL).

— Ela chuta a canela da gente e quando respondemos os petistas ficam melindrados — afirmou.

Mercadante crítica medida de Juvêncio

Mas os petistas não estão satisfeitos com a atitude de Juvêncio, que, segundo os senadores do PT, estaria criando um imagem de que o governo Lula pretende proteger Antonio Carlos.

— O artigo 17 do conselho é claro: qualquer um pode fazer uma representação ao Conselho de Ética. Não procede a tese de que tem que ser uma representação de um partido. O parágrafo 4 diz que poderá o conselho, independentemente da denúncia ou representação, promover a apuração. Se o presidente tem esse entendimento, de que há indícios, ele já poderia ter instaurado o processo de investigação — disse o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). ■

Ailton de Freitas